



Venderam o futuro do **Brasil**

Com a proteção da Força Nacional, governo Dilma privatizou o maior campo de petróleo já descoberto no país, o campo de Libra



Samuel Tosta

6

Sinedino conta como foi a reunião com a Previc sobre a separação de massas



8

AEPET lança comitê em defesa do pré-sal



Editorial

Quando o Aepet Notícias foi lançado, sob a batuta de José Alberto Davies, duas preocupações foram levantadas: a primeira era a defesa do corpo técnico da Petrobrás e a segunda era, com o tempo, produzir uma reforma gráfica daquela publicação que permitisse facilidade de leitura e assimilação do jornal, que nascia já preocupado em servir bem ao associado da AEPET.

Este novo AEPET Notícias

espera cumprir a ambição de seu primeiro editor. Fizemos a reforma gráfica com o objetivo de apresentar ao leitor reportagens, artigos e entrevistas numa roupagem mais dinâmica e moderna, mas sem alterar os princípios editoriais definidos por Davies. Continuaremos na luta pelos direitos dos funcionários da Petrobrás e pelo interesse nacional.

Embora imbuídos das convicções que sempre pautaram a

atuação da AEPET, nosso jornal não se furtará ao debate com novas ideias e nem deixará de contemplar posições contrárias às nossas, que devem ter o direito de expressão garantido numa sociedade democrática. Por isso, valorizaremos a produção de reportagens sobre temas de interesse do associado que prezarão pela apuração rigorosa e a pluralidade das fontes consultadas.

Boa leitura!



ALERJ homenageia os 60 anos da Petrobrás

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) homenageou os 60 anos da Petrobrás em sessão solene no dia 9 de outubro. O presidente da AEPET, Sílvio Sinedino, e o diretor de pessoal, Francisco Soriano, lembraram que a Petrobrás é motivo de orgulho para o povo brasileiro, mas salientaram que a privatização do campo de Libra é uma ameaça não só à estatal, mas ao patrimônio público do país.

O presidente Sinedino destacou que o campo de Libra possui recursos de mais de R\$ 3 trilhões e é importante mobilizar todo o povo brasileiro para defender um patrimônio dessa dimensão. “É com muita honra que a gente vem comemorar os 60 anos dessa empresa que é a maior do país, uma prova da nossa capacidade. Mas temos que estar atentos porque o leilão de Libra é um crime lesa-pátria. São 15 bilhões de barris de petróleo, por volta de R\$ 3 trilhões. Precisamos mobilizar o povo brasileiro contra a entrega desse patrimônio às empresas privadas”, declarou Sílvio Sinedino.



Sinedino e Soriano representaram a AEPET em homenagem à Petrobrás

O diretor de pessoal da AEPET, Francisco Soriano, disse que é preciso fazer dessas comemorações um alerta para o povo brasileiro para que não entreguem 15 bilhões de barris de petróleo da melhor

qualidade. “Estamos festejando, mas também empunhando nossas armas na defesa do petróleo brasileiro”, avisou Soriano.

O diretor administrativo da AEPET, Henrique Sotoma, avaliou

que a Petrobrás contribuiu para o desenvolvimento do país. “Foram 60 anos de sucesso, a companhia colaborou muito para o desenvolvimento do setor petroquímico da nação”, apontou.

Expediente

Presidente:

Sílvio Sinedino

Vice-Presidente:

Fernando Siqueira

Diretor Administrativo:

Henrique Sotoma

Vice-Diretor Administrativo:

Pedro Francisco de Castilho

Diretor de Comunicações:

Ronaldo Tedesco

Vice-Diretor de Comunicações:

Paulo Sérgio Decnop Coelho

Diretor de Assuntos Jurídicos:

Paulo Teixeira Brandão

Vice-Diretor de Ass. Jurídicos:

Carlos Roberto dos S. Caldeira

Diretor de Pessoal:

Francisco Soriano de Souza Nunes

Vice-Diretor de Pessoal:

Raul Tadeu Bergman

Diretor Cultural:

Rogério Loureiro Antunes

Vice-Diretor Cultural:

Francisco Isnard Barrocas

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgêde Azevedo

Suplentes: Guilherme Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus

Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão

Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida

Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro

Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto

Espírito Santo: Paulo W. Magalhães

S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz

Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho

Pernambuco:

Adelmo José Leão Brasil

Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Editor e Jornalista Responsável: Júlio César Lobo - 19894

Colaboradores: Hélio Lopes e Gilka Resende

Reportagem: Julio César Lobo

Projeto Gráfico: Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Mais de 100 mil funcionários da Petrobrás foram monitorados pela ditadura

Perseguidos podem pedir indenização à Justiça

O Serviço Nacional de Informações (SNI) reconheceu num homem de 43 anos, calvo, com menos de 1,70m, um dos líderes do movimento que paralisou a Petrobrás por 52 dias em 1989. De saída de uma assembleia de greve, ele foi cercado por quatro homens armados, empurrado para o chão, esmurrado, e espancado com a coronha de um revólver, que já estava em sua boca quando um colega gritou para alar-mar os agressores. O sol de meio-dia fabricara dezenas de testemunhas. Salvo, Fernando Motta viu na agressão o momento mais crítico de um sistema de vigilância do qual ele não era a única vítima: mais de 100 mil petroleiros foram monitorados entre 1964 e 1989.

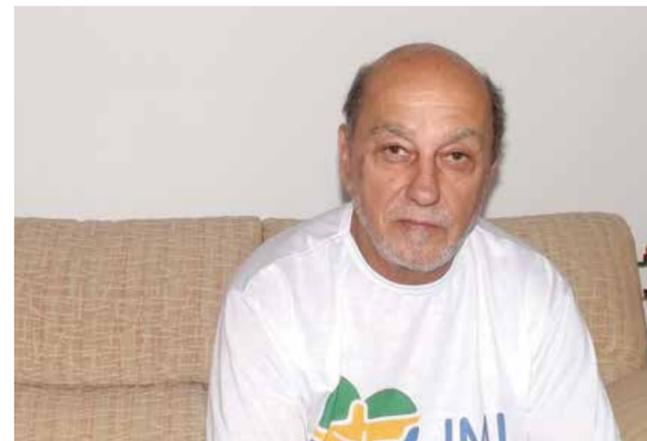
A Comissão Nacional da Verdade (CNV) estabeleceu este ano um regime de cooperação com a Petrobrás que franqueou a todos os petroleiros (e à própria comissão) 131 mil fichas de controle social produzidas pela ASI Petrobrás, divisão do SNI que funcionou dentro da estatal durante a ditadura. Estes prontuários eram resultado da investigação realizada para definir o perfil ideológico e a intensidade de participação política dos funcionários.

A vigilância não desembocava necessariamente em violência física, mas, segundo a Comissão Nacional da Verdade, pode ter sido fator determinante para impedir a promo-

ção de funcionários considerados subversivos. “O SNI monitorava movimentações de funcionários e aparentemente tinha poder de veto sobre promoções, caso encontrasse na ficha do funcionário algo considerado “subversivo” ou inapropriado ao regime militar”, informou a CNV em nota.

O historiador da UFRJ e pesquisador do tema Carlos Fico garante que o SNI vetava efetivamente a promoção de funcionários públicos considerados subversivos pelo regime militar. “Um dos casos concretos que eu cito é o de um funcionário público de carreira que foi cogitado para uma promoção, mas foi barrado pelo SNI por ter sido confundido com um funcionário de mesmo nome que era militante”, relata o historiador.

Fernando Motta entrou na Petrobrás em 1976 como operador de transferência e estocagem 1 e aposentou-se exatamente na mesma função. Ele ressaltou que sempre teve avaliações consideradas boas ou excelentes pela chefia, mas que o processo seletivo para ascensão vertical na carreira, ou seja ser promovido a um cargo superior, não tinha seus critérios e resultados amplamente divulgados e todos sabiam que os militantes políticos estavam em desvantagem. “Comecei como operador 1 e me aposentei operador 1 porque fui perseguido”, lamentou.



Fernando Motta foi um dos monitorados pela ditadura

Motta destacou que funcionários combativos que aderiam a greves e lutavam por melhores condições de trabalho sempre foram extremamente perseguidos na Petrobrás. “Além de cortar o ponto de todos os grevistas, a Petrobrás mandava cartas endereçadas as esposas em que ameaçava demitir o funcionário. Assim, o companheiro passava a sofrer a pressão psicológica da família para voltar a trabalhar”, lembrou.

Ronaldo Tedesco, que hoje é diretor de comunicação da AEPET, além de Conselheiro Fiscal da PETROS eleito pelos participantes, participou ativamente daquela greve, junto com Fernando Motta: “A luta dos petroleiros era uma das preocupações centrais do poder dominante

naqueles anos, como ainda hoje é. Os ativistas sabiam disto. Portanto, a luta por democracia, organização e liberdade sindical era e ainda é parte importante do programa das mobilizações que fazemos.”

O historiador Carlos Fico ponderou, contudo que o funcionamento da ASI /Petrobrás é insuficiente para determinar que a estatal tenha efetivamente apoiado a ditadura. “Só porque havia lá uma divisão de informação, que existia em todas as estatais, autarquias e universidades, não dá pra dizer que a empresa como um todo dava apoio ao funcionamento da ditadura. Em muitos casos os presidentes das estatais podiam até ser contra o SNI, mas não competia a eles decidir sobre isso”, explicou Fico.

Fichas de controle podem servir como prova para indenização

De acordo com a Comissão da Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça,

as fichas de controle do ASI Petrobrás podem servir de indícios para abertura de processo com o objetivo de obter reparação do Estado por perseguição durante a ditadura. Se o parecer da comissão for favorável, os funcionários podem ser reintegrados à companhia (nos casos de demissão), ou até receber uma indenização cujo valor varia de acordo com a gravidade da atuação

do aparelho repressivo da ditadura e o tipo de dano que causou em cada caso.

A Comissão da Anistia informou que já apreciou 1740 casos de trabalhadores da Petrobrás perseguidos durante a ditadura e que quem quiser ter seu caso avaliado deve apresentar seus requerimentos ao órgão, pessoalmente ou via correio, nar-rando detalhadamente os fatos que configurem a perseguição sofrida e apresentando a documentação de que dispuser para fins de comprovação do alegado.

A relação com toda a documentação necessária e o endereço para envio à Comissão da Anistia podem ser encontrados no site do ministério da justiça. Mais informações também estão disponíveis no serviço de atendimento ao requerente de anistia pelo telefone: (61) 2025-3213 / 9991 e 3150.

Desde novembro desse ano, as fichas de controle do ASI Petrobrás estão disponíveis para consulta no Arquivo Nacional. Para ter acesso à sua ficha, o

funcionário deve procurar a instituição na Praça da República, 173, centro, Rio de Janeiro, ou pelo telefone (21) 21791228. É importante lembrar que a documentação dos funcionários da Petrobrás está disponível para pesquisa por qualquer pessoa interessada. Quem quiser que suas informações sejam mantidas sob sigilo deve requerê-lo no endereço citado acima, ou pelo e-mail: diretoriageral@arquivonacional.gov.br

—Capa—

Manifestantes são duramente reprimidos e Libra é vendido pela menor proposta possível

Cerca de 800 pessoas de diversos movimentos sociais e sindicatos protestaram na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto o governo federal privatizava a maior província de petróleo já descoberta no país, o campo de Libra. A Força Nacional e o exército convocaram um efetivo de mais de mil homens que reprimiu os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e tiros de bala de borracha. Pelo menos seis pessoas ficaram feridas.

De acordo com o diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ) Edison Munhoz, desde o início da manhã a Força Nacional tentou impedir qualquer tipo de manifestação contrária à privatização de Libra nas imediações do Hotel Windsor, onde o leilão foi realizado no último dia 21 de outubro. “Eles tentaram impedir a gente de fazer a manifestação de qualquer jeito. Quando chegamos, por volta das 7h, queriam impedir o carro de som de estacionar. Depois, fecharam as ruas, o que complicou a chegada dos ônibus com manifestantes”, contou Munhoz.

Ao mesmo tempo em que os manifestantes entoavam palavras de ordem contra a privatização, um helicóptero da PM dava rasantes a menos de dez metros do chão, abaixo de prédios de quatro andares que circundavam o local. Quando os discursos se inflamavam, os soldados atiravam bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, enquanto os destacamentos militares, protegidos por escudos blindados, avançavam em bloco sobre os manifestantes. O diretor administrativo da AEPET,



A Força Nacional não permitiu manifestações nas imediações do Hotel Windsor

Henrique Sotoma, mostrou-se perplexo diante da atuação das forças armadas. “Eu gostaria de entender por que a Força Nacional está atirando essas bombas. Nós não estamos aqui depredando nada”, reclamou.

A violência gratuita constatada por Sotoma revoltou parte dos manifestantes, que cobriu o rosto para se proteger do efeito abrasador do spray de pimenta, e passou a atirar pedras contra os soldados. “Eles já estavam usando spray de pimenta nos manifestantes quando as grades que impediam a passagem caíram. Então, os oficiais começaram a jogar as bombas e tacar balas de borracha para tudo quanto foi lado. Eu vi duas pessoas muito machucadas, sangrando na cabeça e no peito”, contou Marcelo Durão, do Movimento dos Trabalhadores Ru-

rais Sem Terra (MST).

Durante as ações do aparato militar, o diretor de pessoal da AEPET, Francisco Soriano, usou o microfone do carro de som para alertar os homens do exército sobre o caráter pacífico e democrático das manifestações. “Por favor, não atirem no povo desarmado. Vocês estão em mais de mil, atirando contra patriotas. Voltem as suas armas contra essas empresas que estão expropriando as riquezas do país, como Shell, a Exxon e a Repsol”, afirmou Soriano.

Cartas marcadas

Um consórcio formado por quatro empresas estrangeiras e a Petrobrás venceu o leilão de Libra. Foi a única proposta apresentada na licitação e arrematou o maior campo do pré-sal pelo

percentual mínimo de óleo possível a ser oferecido pelas regras do edital: 41,65% do óleo-lucro ficará com a União. Onze empresas se inscreveram para disputar o leilão.

As empresas CNOOC, CNPC e a Petrobras têm 10% da sociedade cada uma, enquanto Shell e Total têm 20% cada. Os 30% restantes também cabem à Petrobras, que entra como operadora única do consórcio. Para o Presidente da AEPET, Silvio Sinedino, o lance ofertado foi combinado entre as petroleiras para prejuízo do país. “Foi um jogo de cartas marcadas. As empresas não disputaram o leilão, formaram um consórcio e ofereceram o mínimo previsto em edital. O governo, no mínimo deveria ter posto como limite mínimo 60% do óleo pro-



Manifestantes foram feridos com balas de borracha e bombas de gás

duzido”, avaliou

Em pronunciamento oficial no dia da realização do leilão de Libra, a presidente da república, Dilma Rousseff, negou que a licitação do campo de petróleo seja um processo de privatização. Para ela, mais de 80% das riquezas geradas ficarão no Brasil. “Pelos resultados do leilão, 85% de toda a renda a ser produzida no campo de Libra vão pertencer ao Estado brasileiro e à Petrobras. Isso é bem diferente de privatização”, declarou a presidente.

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, contestou as estatísticas usadas pela presidente. “Com o resultado do leilão, o máximo que ficará com a união será a média de 30 a 50%, sendo a grande parte em dinheiro. O petróleo, que é

o bem ultraestratégico irá para o consórcio (60% para o exterior). O edital do leilão é tão ruim que conseguiu nivelar a Partilha com o contrato de concessão, que é péssimo. Sendo Libra campo gigante, na concessão apareceria a Participação Especial, que seria da ordem de 20% e como os royalties subiram para 15%, com a concessão a União ficaria com 35%, que somado o Imposto de Renda chegaria a 50%. Isto atesta o absurdo desse leilão: Num campo já descoberto, testado e comprovado como o maior do mundo, os avanços conseguidos pelo governo Lula foram anulados pelo governo Dilma. Um retrocesso brutal. Por isso fui de luto às manifestações contra a privatização de Libra. Esse leilão é a morte ideológica da presidente Dilma”, avaliou Siqueira.



— Entrevista —

A posição da Previc será decisiva para impedir prejuízo aos participantes da Petros, diz Sinedino

Roberto Rosa



Em setembro, o conselheiro deliberativo eleito pelos participantes Silvio Sinedino esteve, com outros membros do Comitê em Defesa dos Participantes da Petros-CDPP (Epaminondas Mendes, Fernando Siqueira, Marcos André, Paulo Brandão e Ronaldo Tedesco), no congresso da Associação Nacional dos Fundos de Pensão – ABRAPP. O evento contou com a participação de mais de 3 mil pessoas, entre autoridades governamentais e representantes dos demais segmentos atuantes no setor, e foi palco para uma reunião com o superintendente da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, José Maria Rabelo e seu diretor técnico, José Roberto Ferreira. O tema foi a maior preocupação do CDPP no momento: a separação de massas (conjunto de participantes) e a posterior separação de planos da Petros. Na entrevista a seguir, Sinedino explica os motivos que tornam a separação de massas uma ameaça aos participantes e o saldo dessa reunião com a Previc.

Aepet Notícias (AN) Qual o balanço que o CDPP faz do congresso da ABRAPP?

Sinedino - Nós estivemos no 34º Congresso da ABRAPP com duas estratégias importantes, além da nossa participação nas palestras e apresentações técnicas: divulgar aos técnicos do sistema de previdência complementar do país o que está acontecendo na Petros e realizar uma reunião com o diretor-superintendente da PREVIC, José Maria Rabelo, para expor nossos argumentos contrários à Separação de Massas do Plano Petros do Sistema Petrobrás. Dentro desta proposta, fomos amplamente vitoriosos. Tanto que conseguimos realizar a reunião com a diretoria da PREVIC (além do superintendente, esteve presente o diretor-técnico, José Roberto Ferreira, que vai analisar o processo enviado pela Petros).

AN) Qual a diferença entre separação de massas e separação de planos?

Sinedino - Primeiro é importante que se diga que existem diversas massas de participantes dentro do plano Petros BD. A mais importante delas é a massa dos Pré-70, que tem um custeio próprio, que contratualmente deve ser totalmente bancado pela Petrobrás. Os conselheiros Ronaldo Tedesco e Paulo Brandão sempre defenderam que no cálculo atuarial esta massa dos pré-70 fosse considerada à parte, para não distorcer o cálculo atuarial consolidado (geral) do plano.

Ao separar as massas de repactuados e não-repactuados, inclusive, esta massa de pré-70, por exemplo, ficou dividida entre os dois planos criados. Assim, podemos ter diversas massas no mesmo plano. No entanto, a proposta da FUP, viabilizada pela diretoria executiva da Petros, quer ir mais além. Quer dividir as duas massas mantendo o patrimônio proporcionalmente às massas. Apesar desta manutenção solidária do patrimônio, para viabilizar a proposta da FUP, a Petros solicita dois números de CNPB, que é o Cadastro Nacional de Plano de Benefícios. Com isto, fica claro, não está havendo apenas a separação das massas, mas uma separação de planos. A própria instituição do que eles chamam de Fundo de Recuperação de Benefícios (apenas para os repactuados) configura esta situação ilegal, pois a lei complementar 109, em seu artigo 17 não permite que sejam criados benefícios diferentes dentro do mesmo plano.

AN) Como a separação de massas e separação de planos afeta os participantes da Petros?

Sinedino - A principal característica de um plano de benefício definido (BD), como é o Plano PETROS do Sistema Petrobrás, é o mutualismo, a solidariedade entre os participantes. Assim, os que vivem menos e se vão mais cedo deixam no plano os recursos para quem vive mais. Costumo dizer nas palestras que a gente faz para os participantes nas associações e sindicatos que os filhos especiais, por exemplo, são mantidos em suas famílias pelos seus pais, depois por seus irmãos. Na família petroleira, quem banca esta solidariedade é o plano Petros BD, com sua característica mutualista e solidária. Ao separar massas (ou planos) a FUP e a diretoria da Petros estão atacando a solidariedade do plano e enfraquecendo o mesmo. Os dois planos resultantes (Repactuados e Não-repactuados) ficarão obviamente mais frágeis que o plano Petros BD original. Fica ruim para todos: para os repactuados, para os não-repactuados, para a Petrobrás, que é a patrocinadora do Plano, para a própria Petros que é a administradora e está sendo irresponsável e aventureira.

AN) Por que a direção executiva da Petros e a patrocinadora (Petrobrás) querem a separação de planos?

Sinedino - Eu penso que a diretoria da Petrobrás não conhece a fundo e nem deseja esta separação. Apesar de ter toda uma equipe para analisar as questões relativas à Petros, não acredito que os funcionários da Petrobrás que conhecem previdência complementar pos-

sam estar de acordo com uma proposta que poderá prejudicar a própria Petrobrás e seu plano de previdência que é o segundo maior do país. A responsabilidade por esta proposta existir é da FUP e seu mentor, Paulo César Martins, que é conselheiro da Petros. Embora eleito pelos participantes, o PC, como é chamado, atua contra os nossos interesses. A diretoria da PETROS é co-responsável por esta aventura. Foi ele que, vendo a impossibilidade de uma separação de massas acontecer fez a proposta

“Entramos na justiça para anular a reunião que aprovou a separação de massas

de separação de planos. Penso que a arrogância dos dirigentes da FUP e dos diretores da Petros não lhes permite uma postura humilde de reconhecer que estão trilhando um caminho perigoso.

AN) As separações de planos e de massas trazem risco para o patrimônio global da Petros?

Sinedino - Diretamente, eu não acredito. Mas planos resultantes ficarão mais caros, com certeza. O que traz um forte risco para a Petros é a utilização do patrimônio para atender interesses da própria Petrobrás e do Governo Federal. O investimento absurdo que a Petros fez na Lupatech e a participação da Petros no investimento da Usina de Belo Monte exemplificam bem o que estou dizendo.

AN) O que o CDPP fez para barrar a separação de planos?

Sinedino - A iniciativa no Congresso da ABRAPP foi muito importante. Fizemos contato com técnicos do sistema que nos apoiaram nesta denúncia pública e deram diversas informações que vão ajudar nesta luta. A reunião com o pessoal da Previc colocou o debate num patamar mais técnico e achamos que nossos argumentos foram muito incisivos e merecem ao menos uma resposta mais elaborada. Não vai dar para tratar esta questão de forma leviana. Além disto, estamos com duas iniciativas jurídicas importantes. A primeira é um mandado de segurança pela anulação da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Petros que aprovou a proposta. A outra é um mandado de segurança para impedir que a Previc, que é o órgão fiscalizador, aprove a proposta. Vale destacar também que, no dia 4 de novembro, Paulo Brandão esteve em audiência pública no Senado Federal que discutiu a atuação dos fundos de pensão. Foi mais uma oportunidade em que colocamos os problemas da separação de planos.

AN) Qual a posição que a Previc tomou diante do assunto?

Sinedino - Até o momento, não houve um pronunciamento oficial. Estamos na expectativa.

AN) Foram tomadas medidas judiciais para impedir a separação de massas e a separação de planos?

Sinedino - Sim, conforme expliquei acima. Obviamente, o mérito da questão ainda não pode ser questionado antes da aprovação pela Previc, o que esperamos que não aconteça.

AN) Na sua opinião os participantes da Petros devem entrar na justiça contra essas medidas?

Sinedino - Neste momento os participantes do Plano PETROS BD (tanto repactuados como não-repactuados) não precisam entrar com qualquer ação por que as medidas coletivas estão em curso e esperamos que elas vão dar o resultado esperado. Precisamos todos estar vigilantes e organizados nos sindicatos e associações para poder acompanhar os desdobramentos e tomar as iniciativas coletivas corretas. Temos esperança, do ponto de vista técnico, que esta proposta não vá adiante. Mas infelizmente, a posição da Previc é decisiva para isto e ela já aprovou outras ilegalidades flagrantemente como a própria repactuação.

Evento em Homenagem à Petrobrás e à AEPET marca lançamento de comitê contra leilões do petróleo

Cerca de duzentos convidados compareceram na solenidade em homenagem aos aniversários da Petrobrás e da AEPET, políticos de diversos partidos, ex-diretores da Petrobrás, personalidades e líderes de movimentos sociais foram unânimes em condenar a privatização do petróleo brasileiro, em particular o leilão do megacampo de Libra. Durante o evento, a AEPET e outras entidades parceiras lançaram o Comitê Nacional de Defesa do Petróleo da Soberania e do Fim dos Leilões.

O deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) condenou a decisão do governo Dilma de entregar o petróleo brasileiro para o cartel internacional do petróleo. Molon afirmou que também está preocupado com a soberania nacional e quer o Brasil cada vez mais forte. “Queremos que o campo de Libra seja integralmente explorado pela Petrobrás, queremos a Petrobrás cada vez mais forte”, afirmou o deputado petista.

O deputado estadual Paulo Ramos (PSOL-RJ) também condenou o leilão de Libra. Para ele, os que defendem a privatização do nosso petróleo estão vendendo a soberania nacional. “A Petrobrás sempre foi um sustentáculo da soberania nacional, enfrentando aqueles que insistem em ver o Brasil como um país-colônia. O povo brasileiro precisa se libertar dos vendilhões da pátria que insistem em permanecer no poder.

O ex-diretor da Petrobrás Guilherme Estrela comandava a área de exploração e produção da estatal quando o petróleo da camada pré-sal foi descoberto. Para ele a presidente Dilma Rousseff deveria discutir os termos da exploração das reservas do pré-sal com a sociedade civil organizada. “A descoberta do pré-sal mudou as perspectivas do país na área do petróleo. É uma quantidade considerável de hidrocarbonetos que foi descoberta, portanto é questão geopolítica importante. Não é interessante que tenhamos sócios na exploração do pré-sal, mesmo que sejam países amigos. A presidente Dilma poderia abrir para discussão com a sociedade civil organizada”, sugeriu.

O professor da USP e ex-diretor da Petrobrás, Ildo Sauer, também esteve presente no evento e alertou para



AEPET comemora 52 anos de existência em defesa do petróleo brasileiro

o fato de que vender um campo como Libra sem saber ao certo seu potencial é um erro estratégico. “Não saber ao certo quantos barris tem Libra é uma vergonha”, reclamou.

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, denunciou que o Centro de Processamento de Dados da Petrobrás usa o software “Open Wells” da Halliburton, maior empresa de petróleo do mundo, cujos operadores têm acesso a todos os dados estratégicos da estatal brasileira. “Como o americano Edward Snowden revelou, a cada 72 horas uma grande quantidade de dados da Petrobrás é enviada para cinco países: EUA, Canadá, Austrália, Grã-Bretanha e Nova Zelândia.

Portanto, mesmo que o braço americano do cartel não tenha participado do leilão (para evitar que a denúncia de espionagem levasse ao seu cancelamento), o braço europeu participou, de posse de todos os dados que lhe são repassados pela Halliburton. Isto mostra que o Leilão de Libra foi um jogo de cartas marcadas”, protestou Siqueira.

O Diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, condenou, em discurso durante a solenidade, o leilão do megacampo de Libra. E afirmou que não concorda com a política de importação de derivados de petróleo imposta pelo governo à Petrobrás. “É muito petróleo de uma vez só, ainda mais para dar para os chineses (empresas chinesas participam do consórcio vencedor do leilão de Libra). A política energéti-

ca do Brasil está toda errada, desde o setor elétrico, no qual as companhias estão com enormes dificuldades, até o setor de petróleo, que é essa maluquice desses preços no qual a Petrobrás importa e vende pela metade do preço os derivados”, disse Pinguelli.

Diversos movimentos sociais enviaram representante para a comemoração, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) Marcelo Durão declarou que a questão do petróleo é importante para todo povo brasileiro. “A privatização do petróleo vai além do MST. Barrar os leilões é uma luta por soberania nacional. O lucro da exploração das reservas poderia estar voltada para as demandas sociais do nosso povo”, disse.

O papel da AEPET

O presidente da AEPET, Silvio Sinedino, lembrou que a associação,

em seus 52 anos de existência, sempre se preocupou com o desenvolvimento do país. “A AEPET, desde sua fundação, teve como objetivo a defesa da Petrobrás e seu corpo técnico, não por interesses corporativos, mas porque nós entendemos a Petrobrás como indutora do desenvolvimento pleno da nação e de seu povo”, afirmou.

O evento também homenageou a memória do brigadeiro Ruy Moreira Lima por seus esforços pela soberania do país e do monopólio estatal do petróleo. “Eu agradeço à AEPET pela homenagem. Antes de falecer, o meu pai insistiu para que eu dissesse ao Fernando Siqueira para nunca desistir dessa luta para defender o nosso petróleo. Estou indignado pelo que estão fazendo com a Petrobrás e o Brasil” protestou, Pedro Moreira Lima, filho do brigadeiro.

Comitê pelo fim dos leilões do petróleo

A festividade marcou a criação do Comitê Nacional de Defesa do Petróleo, da Soberania e do fim dos leilões que vai lutar pelo cancelamento do leilão de Libra. O Comitê é presidido pelo Clube de Engenharia e integrado pela AEPET, Sindipetro-RJ, Senge, Fisenge, Clube de Engenharia, CGTB, AFBNDES. Em breve também deverá contar com a adesão de outras entidades empenhadas na luta contra os leilões do petróleo como

FNP, CUT, CTB, MST e MAB.

O Comitê também enviou uma carta à presidência da república em que detalha os motivos para o cancelamento do leilão de Libra. “Há 60 anos o petróleo era um mero sonho. Hoje a Petrobrás transformou esse sonho numa belíssima realidade e nós temos a obrigação de defender essa riqueza”, afirmou o diretor executivo da organização, Fernando Siqueira.